

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.708 - SP (2019/0213472-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : ALESSANDRA ANDRADE DA SILVA  
**ADVOGADO** : DANIEL SOARES PEREIRA - SP330693  
**AGRAVANTE** : ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : ANTONIO CARLOS OLIVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP098835  
**AGRAVADO** : FAMING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
**REPR. POR** : HO FANG YANG  
**ADVOGADO** : SIRAGON DERMENJIAN E OUTRO(S) - SP016821

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PETIÇÃO DE AGRAVO DESACOMPANHADA DAS RAZÕES RECURSAIS. RECURSO INEXISTENTE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

FAMING EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

(FAMING) ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança contra ALESSANDRA ANDRADE DA SILVA e ANTONIO CARLOS OLIVEIRA (ALESSANDRA e ANTONIO), em razão de contrato de locação de imóvel.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido e improcedente a reconvenção apresentada por ALESSANDRA.

ANTONIO e ALESSANDRA interuseram recursos de apelação assim apreciados pelo Tribunal estadual:

*LOCAÇÃO — Ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança — Prejudicada á pretensão de despejo, ante a desocupação do imóvel pela locatária — Legitimidade passiva do fiador para o pedido de cobrança — art. 62, II da Lei 8.245/91 — Débito incontroverso — Ausência de prova do pagamento — Cobrança excessiva em juízo — Imprescindível a má-fé do cobrador para a aplicação da multa legal — Exegese do art. 940 do Código Civil — Sem hipótese para aplicação da multa do art. 43, III da Lei 8.275/91 — Locatária que não tem legitimidade para pleitear em juízo tal montante — Sentença mantida. Apelações não providas (e-STJ, fl 284).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 298/302).

ALESSANDRA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, no qual alegou violação dos arts. 940 do CC/02, 43, III, da Lei 8.245/1991, pelos fundamentos assim deduzidos (1) não ser possível alterar o pedido após a citação; e (2) os valores dos locativos cobrados e incluídos após a citação já eram de conhecimento da recorrida.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 351/356).

O TJSP inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a violação dos preceitos arrolados; e (2) se aplicarem as Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

ALESSANDRA apresentou petição de agravo em recurso especial, porém não apresentou as razões do seu recurso.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 389/390).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não pode ser conhecida.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Conforme se constata da numeração dos autos originais, observa-se que ALESSANDRA protocolou a petição de agravo em recurso especial às fls. 384/385 (e-STJ), desacompanhada das razões de respectivo recurso.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior de Justiça no sentido de se considerar como inexistente o recurso interposto, via processamento eletrônico, de forma incompleta, somente com a petição de interposição, desacompanhada das respectivas razões recursais, impossibilitando a exata compreensão da controvérsia, sendo de inteira responsabilidade da parte recorrente a correta transmissão e instrução do recurso.

Assinale-se ser inviável, no caso, a intimação da parte para os fins do parágrafo único do art. 932 do NCPC, uma vez que não se trata de vício sanável, tampouco

complementação de documentação.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INCOMPLETUDE DA PEÇA RECURSAL. VÍCIO SUBSTANCIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. (...) II - A incompletude da peça recursal é vício substancial, de natureza grave, porquanto a juntada posterior da parte faltante implicaria em substancial alteração das razões recursais, não sendo possível a aplicação dos arts. 139, IX, 218, § 3º, e 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, a fim de viabilizar o exame do recurso. (...) V - Agravo Interno improvido. (AgInt no RMS 54.451/BA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. em 10/12/2018, DJe 13/12/2018).*

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator